

**CEARÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

Pregão Eletrônico nº 92017/2025

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material de consumo para expediente, artigos e utensílios para escritório e material permanente para atender as necessidades das unidades de saúde e a unidade administrativa do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato – CPSMC.

1. DA ADMISSIBILIDADE

A pessoa jurídica **EBA OFFICE COMÉRCIO DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 090.154.414.0001-69, inconformadas com os termos do Edital do **Pregão Eletrônico nº 92017/2025**, apresentou impugnação ao instrumento convocatório através do e-mail institucional cpsmc.licitacoes@gmail.com.

A Lei Federal nº 14.133/21 em seu artigo 164 diz que “qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame”. Assim, o recebimento do pedido de impugnação é **tempestivo**.

2. DO MERITO

O pleito da empresa está disponível integralmente no Portal de Licitações dos Municípios do Tribunal de Contas do Estado do Ceará e no site institucional do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato – CPSMC. Links: <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/consorcio.php/licitacao/abertas> e <https://cpismcrato.ce.gov.br/portalcompras>.

3. DA ANÁLISE DAS ARGUMENTAÇÕES

Insurge-se a empresa **EBA OFFICE COMÉRCIO DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA**, nos seguintes pontos do Edital:

- a) Contra o agrupamento do Item 56 – Fragmentadora de Papel com os demais equipamentos do Grupo 04 (plastificadora, guilhotina e suporte ergonômico para os pés), sob o argumento de que os produtos pertencem a segmentos de mercado distintos e exigem assistência técnica especializada de naturezas diferentes.



A impugnante sustenta que a fragmentadora de papel é um equipamento eletroeletrônico sujeito à certificação compulsória do INMETRO (Portaria nº 170/2012), ao passo que os demais itens possuem natureza mecânica simples. Afirmar, ainda, que a licitação por grupo restringe a competitividade e contraria a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), razão pela qual a compra deveria ser feita por item individualizado e não por lote.

A empresa impugnante requereu que seja acatada a impugnação e alterado o Termo de Referência do edital, de modo a separar o Item 56 (Fragmentadora de Papel) do Grupo 04, permitindo sua licitação de forma individualizada, conforme a interpretação da Súmula nº 247 do TCU, a fim de ampliar a competitividade e garantir a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

4. DA ANÁLISE

Por se tratar de questões técnicas foi enviado até as unidades demandantes a impugnação apresentada pela empresa EBA OFFICE COMÉRCIO DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA, o qual obtivemos a seguintes resposta aos questionamentos:

“I. Do Relatório

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa EBA OFFICE COMÉRCIO DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA – EPP, inscrita no CNPJ nº 09.015.414/0001-69, protocolada em 31 de outubro de 2025, dentro do prazo legal previsto no edital, motivo pelo qual deve ser apreciada quanto ao mérito técnico e jurídico. A impugnação tem como objeto o Item 56 – Fragmentadora de Papel, integrante do Lote 04, o qual também inclui uma plastificadora e uma guilhotina. Esses equipamentos são amplamente utilizados tanto na sede administrativa do CPSMC, quanto nas unidades sob sua gestão, tendo como finalidade o tratamento, acabamento e destruição de documentos. Todavia, a impugnante questiona especificamente o agrupamento da fragmentadora de papel com os demais itens do lote, argumentando que a licitação conjunta seria tecnicamente inadequada.

A empresa sustenta que o agrupamento em lote é indevido, uma vez que os produtos pertencem a segmentos de mercado distintos e demandam assistência técnica especializada de naturezas diferentes. Alega que a fragmentadora de papel, por se tratar de equipamento eletroeletrônico, está sujeita à certificação compulsória do INMETRO (Portaria nº 170/2012), ao passo que os demais itens possuem características mecânicas simples.



Argumenta, ainda, que a licitação por lote restringe a competitividade, contrariando a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), e requer, por conseguinte, a separação do item 56 (Fragmentadora de Papel) para julgamento individual, de modo a ampliar a competitividade e garantir a observância dos princípios que regem a Administração Pública.

II. Da Análise do Pedido

A análise do pedido formulado pela empresa EBA OFFICE COMÉRCIO DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA – EPP deve considerar de forma integrada os aspectos técnicos da plataforma de compras utilizada pelo CPSMC, bem como os fatores mercadológicos e os fundamentos jurídicos que regem o procedimento licitatório, de modo a assegurar a observância dos princípios da legalidade, eficiência, competitividade e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

No que tange ao aspecto operacional da plataforma COMPRAS utilizada pelo CPSMC, importa destacar que, por inviabilidade técnica, não é permitido registrar grupos compostos por apenas um item. A arquitetura do sistema, alinhada aos parâmetros do Compras.gov e de outras plataformas públicas, impede a criação de “grupos unitários”, uma vez que tal estrutura contraria a finalidade técnica e operacional do agrupamento, que é possibilitar o julgamento e a aquisição conjunta de itens correlatos e de mesma natureza. Essa limitação decorre de uma condição técnica intrínseca ao próprio sistema, e não de ato discricionário da Administração, sendo, portanto, impossível configurar grupos com apenas um item sem risco de falha operacional e comprometimento do processo eletrônico.

Nesse contexto, o agrupamento dos itens que compõem o Grupo 04 revela-se plenamente justificado, não apenas sob o ponto de vista técnico-administrativo, mas também em função das restrições operacionais do sistema de compras. Observa-se que o Grupo 04, ao qual pertence o Item 56 – Fragmentadora de Papel, é composto também por plastificadora, guilhotina e suporte ergonômico para os pés, todos destinados ao uso administrativo e arquivístico nas diversas unidades sob gestão do CPSMC. A análise do Termo de Referência evidencia que tais equipamentos possuem finalidade comum e complementar, voltada ao tratamento, organização, acabamento e destruição de documentos, configurando, assim, um conjunto funcional e coerente, cuja aquisição conjunta reforça a eficiência, a padronização e a economicidade do processo licitatório.

Do ponto de vista técnico-operacional, a aquisição conjunta dos referidos itens proporciona padronização de equipamentos em todas as unidades administrativas, redução de custos logísticos,



facilidade na gestão de garantias e manutenção, além de otimização dos processos de compra e distribuição. Tais benefícios se alinham aos princípios da eficiência e da economicidade, previstos nos arts. 5º, IV, e 11, §1º, II, da Lei nº 14.133/2021.

No tocante ao aspecto jurídico, destaca-se que a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), citada pela impugnante, não veda a realização de licitação por lote, mas condiciona sua adoção à demonstração de vantagem técnica ou econômica para a Administração Pública. Tal entendimento visa assegurar que o agrupamento de itens em um mesmo certame seja justificado sob o prisma da economicidade e da eficiência, e não cause restrição indevida à competitividade.

Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU):

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.”

Ressalta-se, ainda, que o Estudo Técnico Preliminar (ETP), em seu item 9 – “Justificativas para o parcelamento ou não da solução”, apresenta fundamentação detalhada para a adoção do critério de julgamento por grupos de itens, em detrimento da licitação por item individualizado. O documento menciona que a opção se baseia na necessidade de atender de forma integrada as unidades de saúde gerenciadas pelo Consórcio, observando as limitações da estrutura administrativa e a busca pela racionalização da gestão contratual.

O ETP aponta que o parcelamento por item poderia gerar excesso de fornecedores e aumento da complexidade logística e administrativa, com necessidade de múltiplos contratos, prazos e entregas, o que comprometeria a eficiência e a economicidade. Ressalta, ainda, que o Consórcio não dispõe de equipe técnica suficiente para gerenciar um grande número de contratos simultâneos, podendo impactar a continuidade do fornecimento e o controle da execução contratual.

Além disso, o estudo destaca que os itens agrupados são de natureza semelhante e classificados como bens de uso comum, amplamente disponíveis no mercado, o que não compromete a competitividade. A formação de grupos é justificada pela viabilidade técnica e operacional, pela padronização das especificações e por estar em conformidade com boas práticas



adotadas por outros entes públicos em contratações de mesma natureza. Assim, o ETP conclui que a formação de grupos por afinidade está devidamente justificada, promovendo o equilíbrio entre economicidade, eficiência e exequibilidade contratual.

Dessa forma, a análise do edital, do ETP e dos demais documentos constantes do processo administrativo evidencia que não há prejuízo à competitividade, uma vez que o mercado dispõe de fornecedores capazes de comercializar, de forma integrada, os equipamentos que compõem o Grupo 04. Ademais, a aquisição conjunta possibilita a obtenção de melhores condições comerciais, decorrentes da economia de escala, da padronização de equipamentos e da racionalização logística na entrega, distribuição e gestão dos bens, em consonância com os princípios da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Cumprе ressaltar que tal entendimento encontra amparo em precedentes administrativos desta mesma entidade, notadamente no Pregão Eletrônico nº 92008/2024, que teve por objeto itens similares. Naquela oportunidade, verificou-se resultado satisfatório na contratação, sem qualquer prejuízo à competitividade do certame. Conforme histórico registrado, a empresa vencedora foi M.L.C. Silva, CNPJ nº 19.540.084/0001-84, o que reforça a existência de mercado ativo e competitivo apto a atender às demandas de fornecimento conjunto desses produtos.

Dessa forma, verifica-se que a formação do Grupo 04 atende à finalidade pública de racionalizar o processo de aquisição, promovendo maior eficiência administrativa, redução de custos e padronização dos equipamentos de expediente. Não há, portanto, elementos que indiquem violação aos princípios da isonomia, da competitividade ou da seleção da proposta mais vantajosa.

III. Do encerramento

Diante do exposto, as unidades demandantes do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato permanecem amparadas em justificativas técnicas e administrativas suficientes para a manutenção do agrupamento dos itens que compõem o Grupo 04, conforme disposto no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e demais documentos constantes do processo licitatório. As razões apresentadas demonstram que a licitação na forma de julgamento por grupos de itens atende de maneira mais eficiente às necessidades operacionais do Consórcio e de suas unidades gerenciadas, assegurando padronização, economia de escala e otimização logística.

**CEARÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato

Constata-se, portanto, que o edital e o Termo de Referência encontram-se em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como com o entendimento consolidado na Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), estando a formação dos grupos de itens devidamente justificada e tecnicamente fundamentada.

Dessa forma, encaminha-se o presente parecer à autoridade competente para ratificação e despacho final, opinando-se pela manutenção integral do edital e pelo indeferimento da impugnação apresentada, dando-se continuidade regular ao certame.”

Diante das justificativas apresentadas pela Unidade Demandante, entende-se que há irregularidades no presente procedimento. Dessa forma, decide-se pela manutenção do grupo 4, conforme previsto originalmente no edital e em seus anexos.

3. DA DECISÃO

Diante do exposto, o Pregoeiro no uso de suas atribuições legais, decide **INDEFERIR** a impugnação apresentada pela empresa **EBA OFFICE COMÉRCIO DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA**, mantendo inalteradas as condições do edital, especialmente quanto à formação do Grupo 04, por estarem devidamente justificadas e fundamentadas no Estudo Técnico Preliminar e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e a Súmula nº 247 do TCU.

Crato/Ceará, 04 de novembro de 2025.

Cicero Leosmar Parente Gomes
Pregoeiro/Agente de Contratação
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato – CPSMC.